



O PERIGO ALEMÃO NAS COLÔNIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA: ERA VARGAS E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Egar Preis Júniorⁱ

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Egar Preis Júnior (2020): "O perigo alemão nas colônias do estado de Santa Catarina: era Vargas e segunda guerra mundial", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (marzo 2020). En línea

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/03/perigo-alemao-colonias.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/caribe2003perigo-alemao-colonias>

RESUMO:

O presente artigo intenciona analisar momentos distintos em que imigrantes alemães foram expostos na História brasileira e catarinense desde sua chegada. Em primeira instância, incentivados pelo ideal de trabalho, e disponibilidade de terras, no caso do Sul do Brasil, foram acolhidos com grande entusiasmo entre o fim do século XIX e início do XX. No entanto, a partir da década de 1930, e percorrida a Segunda Guerra Mundial, os mesmos, foram submetidos a uma inversão de valores, em que a construção da unidade Nacional era a pauta vigente, sendo acometidos ainda pela desconfiança da Guerra no continente europeu. O projeto Nacionalizador os fez refém da própria identidade, sofrendo perseguições, prisões arbitrárias e violências físicas e psicológicas. Para analisar então, os impactos desta política nas colônias catarinenses, se fará estudos bibliográficos e análise em fontes orais, sendo estas, entrevistas realizadas por Marlene de Fáveri para sua tese em 2002, e em material audiovisual chamado "Deutschbrasilianer: Estrangeiros no próprio País", de Thales Camargo em 2015, abordando memórias e resistências de pessoas cerceadas pela censura e o medo.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Alemã, Santa Catarina, Projeto de Nacionalização, Perseguição.

RESUMEN:

Este artículo pretende analizar diferentes momentos en los que los inmigrantes alemanes han estado expuestos en la historia de Brasil y Santa Catarina desde su llegada. En primer lugar, alentados por el ideal de trabajo y la disponibilidad de tierras, en el caso del sur de Brasil, fueron recibidos con gran entusiasmo entre finales del siglo XIX y principios del XX. Sin embargo, desde la década de 1930 en adelante, y después de la Segunda Guerra Mundial, se sometieron a una inversión de valores, en la cual la construcción de la unidad nacional era la agenda actual, aún afectada por la desconfianza de la guerra en el continente europeo. El proyecto Nacionalizer los convirtió en rehenes de su propia identidad, sufriendo persecución, arrestos arbitrarios y violencia física y psicológica. Para analizar, entonces, los impactos de esta política en las colonias de Santa Catarina, se llevarán a cabo estudios bibliográficos y análisis en fuentes orales, entrevistas realizadas por Marlene de Fáveri para su tesis en 2002, y en material audiovisual llamado "Deutschbrasilianer: Extranjeros en el propio país"., por Thales Camargo en 2015, abordando los recuerdos y las resistencias de las personas rodeadas de censura y miedo.

PALABRAS CLAVE: Inmigración alemana, Santa Catarina, Proyecto de Nacionalización, Persecución.

1. Introdução

A colonização europeia no Estado de Santa Catarina, durante o fim do século XIX e o início do século XX, ocorreu, de modo especial, por colonos de origem Italiana e Alemã. Esse processo de colonização vem sendo amplamente enaltecido pela historiografia e memória coletiva catarinense dos dias de hoje. Motivados principalmente pela reafirmação do mérito das famílias tradicionais que enriqueceram na região, estas produções pretendem manter o monopólio político e econômico, que passa de pai para filho, desde o princípio da interiorização destas terras. No entanto, com este artigo, veremos que o labor não foi o único dos problemas para esses colonos, nem mesmo os indígenas que foram sacrificados em prol do processo de desenvolvimento “civilizatório”. Focaremos aqui, em um período da história brasileira conhecido como Estado Novo, durante a Era Vargas. Período este, em que nota-se a forte política de nacionalização no Brasil, promovido pelo presidente Getúlio Vargas. Cabe ressaltar que este era um País - que até aquele momento - não possuía uma população engajada com o pressuposto de “ser” brasileiro, ainda mais se tratando do território catarinense, onde o que predominava era a cultura europeia dos colonos chegados décadas antes. Agregando as investidas pela brasilidade, ocorria simultaneamente a Segunda Guerra Mundial e em decorrência desta, o medo que se criara em relação aos alemães.

Antes, há que se fazer uma colocação em relação às referências levantadas para a presente pesquisa, estas se propõem a analisar o período com o enfoque na perseguição vivenciada pelos alemães em território catarinense, utilizando-se das memórias de pessoas que estiveram envolvidas nas ações de censura, encarceramento ou violências impostas pelo Estado ditatorial. Mesmo tendo em mente que a História Oral pode abrir margens para ressignificações durante a vida dos entrevistados, se faz um importante objeto de estudos, já que nos permite compreender as motivações do Estado e os reflexos sofridos por estes agentes em nosso território diante da tensa geopolítica do mundo ocidental no período em questão. Estas memórias serão levantadas a partir de entrevistas realizadas em referencial bibliográfico, da autora Marlene de Faveri, expressas no capítulo “Cicatrizes desta ‘outra’ Guerra” pertencente à obra “Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano de medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina” publicada em 2002, e também entrevistas em material audiovisual, criado por Thales de Trench Camargo chamado de “Deutschbrasilianer: Estrangeiros no próprio País”, publicado em 2015 em plataforma digital, onde o autor entrevista quatro pessoas que tiveram sua infância marcada pelo projeto de Nacionalização do Estado Novo.

2. A Política de Nacionalização nas Colônias Alemãs em Santa Catarina.

Entre 1884 e 1939 o IBGEⁱⁱ, estima que o Brasil recebera cerca de 4,1 milhões de imigrantes estrangeiros no território nacional, destes 170.645 de origem Alemã e impressionantes 1.412.263 de origem Italiana. Boa parte dos imigrantes destes dois grupos compôs a ocupação do Estado de Santa Catarina. Estas imigrações se estabeleciam a partir de premissas da política brasileira no período. A primeira premissa seria a uma busca, em especial na parte Sul do País, de alavancar a economia Nacional, assentando estes imigrantes em pequenas propriedades para a produção agrícola e pecuária. Outro fator se encontrava na manutenção do território, que era dominado em muitas partes ainda, pela ocupação dos indígenas, no caso de Santa Catarina os povos Kaingang, Xokleng e Guarani. Ainda podemos traçar um terceiro objetivo, a “teoria do branqueamento” da população, que era uma ideia livremente difundida na comunidade científica e defendida como um dos caminhos para o sucesso da Nação.

Ao mesmo tempo em que emergem como uma boa saída para o crescimento econômico do País, estes imigrantes, com o tempo passaram a estabelecer um universo

próprio dentro dos limites catarinense. Por conta do isolamento da vida no campo vivenciado em algumas partes do estado, se formaram comunidades em que pouco se ouvia a língua Portuguesa. Essas comunidades construíram escolas, igrejas e até mesmo jornais, em que utilizavam a língua mãe não apenas como forma de comunicação, mas principalmente para a manutenção de sua identidade étnica. Como cita Giralda Seyferth:

De fato, é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias [...] apareceram como divulgadoras dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes e transmitidos de uma geração a outra. A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, da igreja, das associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Estas instituições formais serviram de veiculadoras e perpetuadoras da etnicidade... (1990 p. 82, apud SANTOS 2012, p. 541)

A Política de Nacionalização do ensino se encontrava em andamento no estado desde o ano 1911 com o governador Vidal Ramos. Neste período já ocorria o fechamento de escolas "subvencionadas". Mas esta política ganhará impulso e proporção nacional apenas com o golpe de 1930, feito por Getúlio Vargas.

Durante a Era Vargas se inicia o maior processo de nacionalização da história brasileira, o que atinge contundentemente as colônias de migração europeia do Estado. A língua alemã torna-se ilegal durante este período, pois naquele momento o objetivo era enquadrar a todos dentro dos limites do país, estimulando sua identificação como brasileiros, o que implicava na utilização de uma língua única, o português. Paulatinamente se formou um ambiente no qual o estrangeiro foi posto cada vez mais como o "outro", que precisava se adaptar aos hábitos e valores da unidade Nacional. O governo do Estado de Santa Catarina, junto do Poder Executivo estreitaram cada vez mais os laços na luta contra a desintegração da unidade:

Tratava-se então de um "problema" que os Estados não poderiam resolver sem o auxílio da União, e, pelo discurso feito em Blumenau (28/5/1938), o Interventor Nereu Ramos estava ciente disso: "O Estado Novo é uma energia em procura permanente do bem estar coletivo e da prosperidade material e moral da Nação. Aos governantes pôs-lhes nas mãos, sem desrespeito às tradições brasileiras, os instrumentos de ação indispensáveis à reconstrução nacional". (RAMOS, 1938 p. 11 Apud PEREIRA, 2004, p. 151)

As palavras do Governador Nereu Ramos, deixam explícitos estes laços, que juntos praticaram vários atos para a manutenção do processo nas colônias alemãs catarinenses, investindo, por exemplo, em estradas que ligassem as colônias até as zonas urbanas consideradas nacionalizadas; a construção de órgãos públicos de assistência e vigilância, além de impor restrições e critérios para quem poderia lecionar nas escolas. Priorizando sempre, aqueles que tivessem como lema o crescimento nacional e o patriotismo. Este processo culminou na institucionalização do plano de nacionalização do ensino em 1939.

A perseguição de forma contundente a estes grupos se impulsionaria ainda mais diante do medo nazista, que foi estimulado a partir da Segunda Guerra Mundial em 1939. O contexto do período compreendia no imaginário coletivo, a ideia de que o perigo nazista se remetia também ao "perigo alemão", sem distinções. Para os alemães do estado de Santa Catarina, na sua grande maioria, a Guerra não os atingiria, pois alguns já estavam há mais de duas gerações no país, portanto não teriam ligação a Alemanha sobre o controle do Terceiro Reich. Isso pode ser exemplificado em um trecho da entrevista de Thales Camargo com Jutta Hagemann com 88 anos, moradora de Joinville. Ao falar deste período que passou quando criança:

"Nós não fomos criados naquele sistema alemão. Brincávamos e falávamos alemão, mas a língua portuguesa era a principal pra nós. Porque meu avô, o pai de meu pai, veio com quatro anos pro Brasil. Então, toda a educação dele já foi brasileira. E como meu pai dizia... Eu nasci no Brasil, eu sou brasileira. Era bem misturado. Falava português, falava alemão... Tudo misturado. A gente não esperava

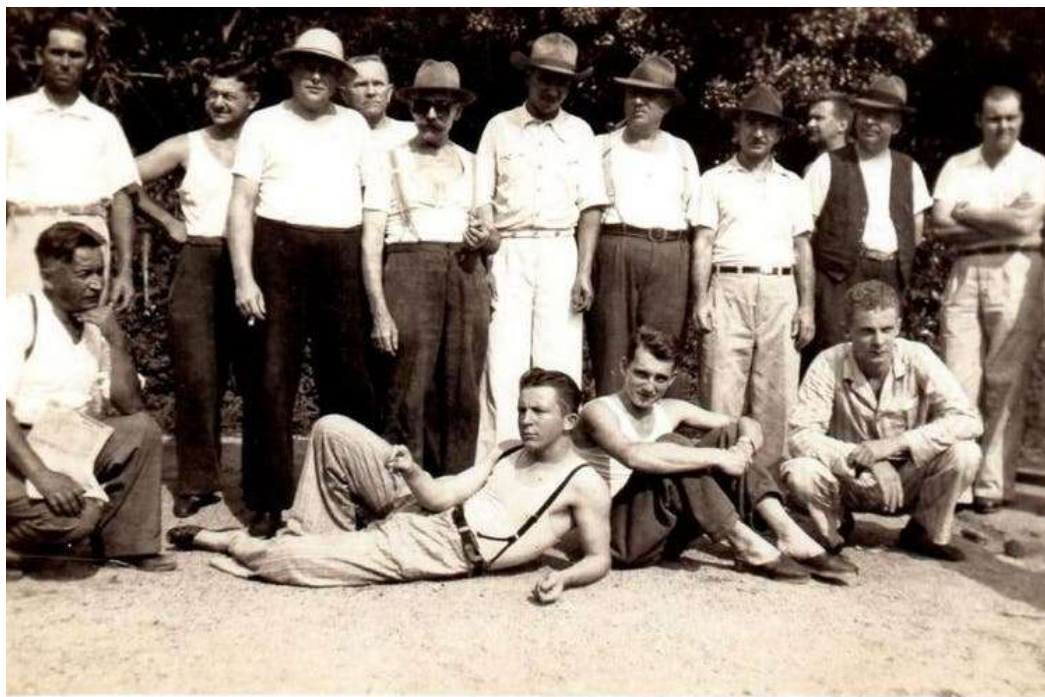
isso, eu sempre dizia não, a guerra é lá longe nós não temos nada com o assuntoⁱⁱⁱ." (CAMARGO, 2015)

Mas estes preceitos, não interferiram na ação tanto da população, "brasileira" que agredia de forma física e psicológica os imigrantes e seus descendentes. Todavia, as diligências do Estado que perseguia e criava campos de concentração, nos quais estas pessoas eram aprisionadas e mantidas sobre um regime de trabalhos forçados. Estes campos de concentração se localizavam em áreas rurais, mas também em áreas urbanas como é o caso da prisão de Trindade nas terras de Florianópolis. (FAVERI, 2002). A detenção nestes espaços era restrita aos homens adultos, italianos ou alemães que eram considerados um perigo para a Segurança Nacional. Assim, no Estado, por receio de coligações aos partidos nazista ou fascista, inúmeros motivos foram utilizados para a apreensão destes indivíduos. Se por vezes alguns eram pegos com fichas de filiação ou fotos dos líderes de regimes autoritários em sua terra natal (como Adolf Hitler), por outro lado, argumentos como a simples utilização da língua mãe, já se configuravam como passíveis de detenção, em outros casos, "os alemães foram presos independentemente de existir sobre eles algo que comprovassem seus 'crimes'". (FAVERI, 2002, p. 160)

Um elemento que aumentava ainda mais as motivações para a perseguição era o crescimento do Partido Integralista, a Ação Integralista Brasileira. Até o ano de 1937 (quando foi extinto pelo Estado Novo) arregimentou desde 1934 muitas pessoas em Santa Catarina, principalmente, imigrantes alemães e italianos, mas também, os lusos do litoral. Chegando em 1936, a se tornar o segundo partido de maior expressão nas eleições municipais, abaixo apenas do partido Republicano. Havia um disciplinamento dos corpos dos afiliados, militarizados, e certa suspeita de aproximação com os moldes de fascismos europeus, recorrentes no período, apesar deste, defender o caboclo brasileiro, e não pessoas de "raça pura", por isso, "com a ilegalidade, os integralistas foram alvos de revanchismos, humilhações e delatos." (FAVERI, 2002, p. 166). Pelo forte apelo que provocou nos descendentes de europeus na região.

Quando mantidos presos longe de suas comunidades, as famílias se desesperavam procurando por estes que eram considerados presos políticos. O que gerava inúmeras manifestações de resistência, por parte principalmente das matriarcas destas famílias, que se manifestavam com o envio de cartas para o governo nacional e estadual. Nas cartas, estas mulheres clamavam pela soltura de seus companheiros, quase sempre ressaltando a brasilidade e alegando que não havia ligação de seus familiares com movimentações subversivas aos interesses Nacionais. Além disso, muito se discorria sobre a dependência da família em relação à figura do patriarca e a dificuldade de criar, manter e prover os filhos sozinha. Como forma de utilizar-se de padrões morais da época, em que "recorreram a estereótipos correntes da época, que falavam da desproteção da mulher e da necessidade da presença masculina para a manutenção familiar, conectadas à doutrina Estadonovista de amparo à família, colocada sob a proteção do Estado." (FAVERI, 2002, p. 158). Outra estratégia notada foi a utilização de uma linguagem respeitosa, que exaltavam a figura dos governantes, assim como o próprio Projeto de Nacionalização, pois muito o temiam, além disso, o molde elogioso poderia convencer as autoridades.

Recentemente, foram descobertas algumas fotografias destes campos de concentração para presos políticos na época de Nacionalização, segue abaixo uma destas remanescentes:



1. Presos e Guardas em cena do cotidiano no Presídio Político Oscar Schneider de Joinville. Fonte: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/fotos-raras-e-documentos-mostram-como-era-campo-de-concentracao-em-joinville>

Apesar das fotografias encontradas apresentarem certo aspecto amistoso do cotidiano entre os detidos e os guardas, devemos lembrar que estes prisioneiros deveriam demonstrar sua brasilidade e a sua conformidade com o Regime, que pode ser analisada dentro do aspecto da resistência destes alemães dentro do Estado, assim como suas famílias faziam no exterior para salvaguardar a vida dos companheiros e a tentativa de libertação destes presos políticos.

Afora a questão das prisões pelo uso da língua, ou por suspeitas de aproximações aos países do eixo, também foi muito recorrente o uso da violência para imprimir maior controle sobre estas populações, como podemos observar na passagem da mesma autora:

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), aparece com sentido simbólico de “batismo”: “Tomei óleo de motor, agora sou brasileiro, falava Max Weber ao amigo que aqui depõe”^{iv}; ou noutra leitura, forma de humilhar e fazer abrasileirar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar a sua cultura e seus valores. (2002, p. 210).

Percebemos que as humilhações públicas e violências eram institucionalizadas a fim de se submeter o estrangeiro ou o descendente ao novo país e a própria cidadania deste. O controle sobre os corpos e sobre os hábitos foram comuns nesta época, estas punições agravaram ainda mais o temor por este regime nacionalizador e provocaram grande desconforto aos imigrantes.

Portanto, pudemos observar que durante o período que compreende a Era Vargas, os alemães em nosso Estado sofreram não apenas intelectualmente, mas principalmente, de forma social, inúmeras cicatrizes em detrimento dos projetos de nacionalização vigentes no Brasil. Foram obrigados a se abrasileirarem diante de um regime que de início os via como solução e depois os tratou como problema.

Diante disso, podemos constatar que esta história saudosista, que vemos alavancar a cultura como elemento turístico nos dias de hoje, utilizada em muitas Colônias Alemãs, esconde boa parte de seu passado. Atualmente, em busca da perpetuação de uma hegemonia econômica em suas localidades, os descendentes de europeus em Santa Catarina buscam

reforçar uma história construída para enaltecer o trabalho e o esforço na construção de suas “tradições”. No entanto, ao fazer isso, desprendem-se de um importante capítulo traumático de suas histórias.

Referências:

Chaves, PA. **O exército e a campanha de Nacionalização do Estado Novo**. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2003.

Faveri, M. (2002): **“Cicatrizes desta “outra” guerra”**. In: Faveri, M.. *Memória de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. UFSC: Florianópolis, 2002. pág. 153 - 217.

Pereira, VRB. (2004) **“A complexidade do projeto de nacionalização”**. In: *Nacionalização – Autoritarismo e Educação Inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940*. UFSC: Florianópolis. pág. 142 – 158.

Santos, AV. (2012): **“Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs”**. Cadernos de pesquisa. Vol 42. Nº 146. Maio/agosto de 2012. Pág. 538-561.

Seyferth, G. (1999) **“Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”**. In: Pandolfi, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. pag. 199 – 228.

Thales de Trench Camargo – **“Deutschbrasilianer: estrangeiros no próprio País”** - Entrevista com Jutta Hageman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vRiQQ7189wI>, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Dezembro de 2015. Recuperado em 20 de setembro de 2019.

NSC, redação. (2016): **Fotos raras e documentos mostram como era campo de concentração em Joinville**. Lugar funcionou durante a Segunda Guerra Mundial. Registros foram encontrados por donos de sebo em Curitiba. Santa Catarina: Redação NSC. 23 de abril de 2016. Disponível em: <http://nsctotal.com.br/noticias/fotos-raras-e-documentos-mostram-como-era-campo-de-concentracao-em-joinville> Recuperado em: 20 de dezembro de 2019.

ⁱ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Professor Temporário das disciplinas de História e Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino da Cidade de Criciúma - Santa Catarina/ Brasil. E-mail: egar.junior@hotmail.com

ⁱⁱ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

ⁱⁱⁱ Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de Thales de Trench Camargo – Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Documento: Deutschbrasilianer: Estrangeiros no próprio País - Entrevista com Jutta Hagemann disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vRiQQ7189wI>, publicado em 1 de dezembro de 2015.

^{iv} Fala de João Bosco em entrevista citada por Marlene de Fáveri.